

# Parlamentares devem ser convocados em janeiro

*Começo oficial  
dos trabalhos  
ficará, provavelmente,  
para o dia 6*

**B**RASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso deve convocar o Congresso para trabalhar no recesso a partir de 6 de janeiro, quando começarão a contar os prazos regimentais de matérias que ainda não chegaram ao plenário. Os parlamentares só deverão começar a votar a partir do dia 12, ~~previu o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).~~ O governo tem pressa em aprovar as reformas administrativa, que chegou ontem ao Senado, e a da Previdência, que já começou a ser examinada pelos deputados.

A pauta do Senado é maior porque inclui os acordos de rolagem das dívidas dos Estados com o Ministério da Fazenda, além da emenda que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o projeto que trata como crime a lavagem de dinheiro no País.

ACM reafirmou que só vai apoiar a convocação extraordinária se ficar comprovado que o período será útil para desobstruir a pauta de votação,

inclusive com relação às duas reformas constitucionais. “Só assim se justifica a convocação”, alegou. “Caso contrário, é melhor não fazer uma convocação falha”. Ele disse que conversou com o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), sobre a adoção de um calendário para atender aos regimentos das duas Casas. Nesse caso, o trabalho começa dia 6 de janeiro com um quórum mínimo, para contagem do tempo regimental. No dia 12, as sessões começariam a ser deliberativas.

As convocações no período de recesso ~~viraram rotina.~~ A maioria dos

**INÍCIO DE  
VOTAÇÕES  
SÓ DEVE SER  
NO DIA 12**

parlamentares defende a prorrogação dos trabalhos muitas vezes motivados pela ajuda financeira que receberão no período. Cada um deles recebe, além do salário normal de R\$ 8 mil, mais 16 mil pelo “esforço”, sendo R\$ 8

mil no início da convocação e R\$ 8 mil no fim. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) tem uma proposta de emenda que muda as datas dos recessos nos anos em que houver eleição, para evitar que os parlamentares “trabalhem”, por exemplo, em julho e entrem em recesso branco em agosto para fazer campanha. A emenda está numa comissão, mas até agora nenhum senador demonstrou interesse votá-la (R.C.)